



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 15.778/13**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do ex-Presidente da **PBPrev**, **Hélio Carneiro Fernandes**, concedendo Pensão por morte do servidor João Roberto de Castro, Vigilante, Matrícula nº 71.417-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação, tendo como beneficiária Maria Nazaré de Castro. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Maria Nazaré de Castro.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 15.778/13

Objeto: Pensão

Beneficiários: Maria Nazaré de Castro

Servidor (a): João Roberto de Castro

Órgão: PBPprev

Gestor Responsável: Hélio Carneiro Fernandes

Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 6.362/2014

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 15.778/13, referente à concessão de Pensão por morte do servidor João Roberto de Castro, Vigilante, Matrícula nº 71.417-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação, tendo como beneficiária Maria Nazaré de Castro, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 04 de dezembro de 2014.

*Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA*  
Presidente

*ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO*  
Cons. em exercício - Relator

Fui presente :

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Em 4 de Dezembro de 2014



**Cons. Arthur Paredes Cunha Lima**  
PRESIDENTE



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO